

A dimensão socioeducativa do serviço social em Angola sob a perspectiva de Gramsci

The socio-educational dimension of social work in Angola from Gramsci's perspective

José Dias Mateus* 

Rosalinda Chedian Pimentel** 

RESUMO

Este artigo objetiva analisar a dimensão socioeducativa do Serviço Social sob uma perspectiva Gramsciana, pautada no materialismo histórico-dialético, com base em pesquisa bibliográfica. Foram levantados livros e artigos de pesquisadores angolanos (assistentes sociais) e outros autores brasileiros, cujas abordagens nos levaram a concluir (provisoriamente) que Antônio Gramsci é uma figura importante na América Latina e, de certa forma, por isso, o Serviço Social nesta região tem uma particularidade que dimensiona significativamente a emancipação política da profissão. Em Angola a realidade é diferente, ou seja, não se tem aquele pensador marxista como referência. O Serviço Social em Angola em sua dimensão socioeducativa não apresenta um diálogo direto com o pensamento de Gramsci. Ao contrário, possui uma visão da profissão como “ajuda”, fundamentada na “Pedagogia da Ajuda”, portanto, calcada no humanismo cristão abstrato, que dialoga com a teoria social positivista de matriz funcionalista. A forma como se processa o capitalismo dependente em Angola dificulta as possibilidades de emancipação política da classe trabalhadora, ao ponto de que algumas profissões, como o Serviço Social, não se reconhecem como trabalho. Deste modo, as concepções dos profissionais dessa área têm poucas recorrências à teoria social emancipatória. Mas com a presença do marxismo na profissão desde 2016, há possibilidades de se construir gradativamente a interlocução dos assistentes sociais com o pensamento de Antônio Gramsci.

Palavras chaves: Angola; dimensão socioeducativa; Serviço Social; Gramsci.

ABSTRACT

This article aims to analyze the socio-educational dimension of Social Work from a Gramscian perspective, based on historical-dialectic materialism, based on bibliographical research. Books and articles by Angolan researchers (social workers) and other Brazilian authors were collected, whose approaches led us to conclude (provisionally) that Antônio Gramsci is an important figure in Latin America and, in a way, therefore, Social Service in this region has a particularity that significantly scales the political emancipation of the profession. In Angola the reality is different, that is, we don't have that Marxist thinker as a reference. Social Service in Angola in its socio-educational dimension does not present a direct dialogue with Gramsci's thought. On the contrary, it has a view of the profession as “help”, based on the “Pedagogy of Help”, therefore, based on abstract Christian humanism, which dialogues with positivist social theory with a functionalist matrix. The way dependent capitalism is processed in Angola hinders the possibilities of political emancipation of the working class, to the point that some professions, such as Social Service, are not recognized as work. In this way, the conceptions of professionals in this area have few recurrences to emancipatory social theory. But with the presence of Marxism in the profession since 2016, there are possibilities to gradually build the dialogue between social workers and the thinking of Antônio Gramsci.

Keywords: Angola; socio-educational dimension; social work, Gramsci.

TEMA LIVRE

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.84197>

*Universidade Católica de Angola (UCAN), Luanda, Angola.
Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: dias.mateus@unesp.br.

**Universidade Estadual Paulista (Campus de Franca), Franca, SP, Brasil. E-mail: rchedian@gmail.com.

COMO CITAR: MATEUS, J. D.; PIMENTEL, R. C. A dimensão socioeducativa do serviço social em Angola sob a perspectiva de Gramsci. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, pp. 207-221, maio/ago, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.84197>

Recebido em 17 de abril de 2024.

Aprovado para publicação em 30 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2024 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Este artigo objetiva analisar a dimensão socioeducativa do Serviço Social sob uma perspectiva Gramsciana. Baseia-se em uma pesquisa bibliográfica para ampliar a produção de conhecimento sobre a realidade da profissão em Angola, sobretudo pela vertente crítica, já que para a realização da pesquisa recorreu-se às mediações teóricas do materialismo histórico-dialético.

É da totalidade das formas de dominação e exploração que o Serviço Social vai imprimir sua ontologia em Angola desde os anos 1960 do século XX. O Serviço Social emergiu em 1962, foi abolido em 1977 pelas tendências e contratendências ideopolíticas que marcam a passagem da colonização para um país independente (1975) e ressurgiu em 2005. A obra intitulada *Natureza do Serviço Social em Angola*, de Amor António Monteiro (2016), inaugurou a perspectiva histórico-crítica da profissão, sendo a primeira vez que os assistentes sociais angolanos mantêm contacto com uma análise histórico-crítica da profissão. O referido autor leva o marxismo para a profissão que se particulariza em Angola, estabelecendo as mediações que articulam a singularidade e a universalidade da profissão no país.

Os desafios do trabalho socioeducativo dos assistentes sociais em Angola, estão intimamente relacionados com os desafios de apreender a dinâmica pela qual se dá o capitalismo em Angola, porque as condições objetivas que totalizam as expressões da questão social impõem a precarização de estudar, pesquisar e produzir conhecimentos sobre esta formação social no país. Por isso, concordamos com Monteiro (2020, p. 254) quando salienta que “Marx chama atenção para a dimensão histórico-concreta do modo de produção e, portanto, trata ontologicamente a categoria de formação social”.

A mesma dinâmica que explica as continuidades e discontinuidades da profissão, explica também o vai-e-vem da emancipação política, explica a superexploração da dimensão objetiva e subjetiva da classe trabalhadora em virtude do capitalismo dependente que se desenvolveu nos países que outrora vivenciaram a colonização como no caso de Angola. Neste sentido, questiona-se: a forma como se dá o capitalismo num determinado país peculiariza uma determinada forma de emancipação política da classe trabalhadora? O Serviço Social em Angola tem a particularidade que lhe torna real pela forma como o destino do país é traçado pelos centros capitalistas? A subjetividade das/dos assistentes sociais em Angola é expressão da pouca/fraca maturidade histórica da classe trabalhadora no país? Há possibilidades de interlocução da dimensão socioeducativa do serviço social com Gramsci?

Ainda que Gramsci não seja uma referência em Angola, todo processo que visa construir tentativas de resistência e emancipação da classe trabalhadora passa por ações socioeducativas, que podem ser subsidiadas pelas reflexões deste grande pensador da tradição marxista, visando uma transformação social revolucionária que realize a emancipação humana.

O conteúdo deste artigo foi dividido em três tópicos. No primeiro são abordadas as particularidades da emancipação política no capitalismo dependente em Angola. O segundo discorre sobre a trajetória histórica do Serviço Social e o posicionamento da profissão frente à luta de classes em Angola, considerando a concepção de intelectual orgânico forjada por Gramsci. E, por fim, o terceiro trata dos desafios do trabalho socioeducativo do Serviço Social mediante a necessidade de construir e reproduzir, através desse trabalho, uma concepção de mundo independente da ordem vigente, ou seja, contra-hegemônica.

Particularidades da emancipação política no capitalismo dependente em Angola

A atualidade angolana é explicada por uma formação social capitalista embora coexistam nela outros modos pré-capitalistas. Essa explicação é embasada nas suas particularidades pela relação entre a universalidade do capitalismo e a singularidade de Angola, pelas organizações econômicas, sociais e culturais que conformam a sua natureza desde o pré-colonialíssimo. Nesta complexidade histórica, não é possível falar de emancipação política sem perceber a forma social peculiar às relações de produção e forças produtivas que tornam o país uma parte constitutiva e constituinte do sistema capitalista universalizado. Por isso, é necessário analisar as possibilidades de interlocução entre a dimensão socioeducativa do serviço social e o pensamento de Gramsci para perceber não só os variados espaços e formas de relações sociais de dominação e exploração, mas também de resistências políticas, econômicas, culturais e sociais, sobretudo frente à regressão do legado dos direitos do trabalho (Iamamoto, 2015).

A regressão do legado dos direitos do trabalho no capitalismo periférico manifesta-se por aquilo que Marini (1973) denomina de superexploração da força de trabalho do proletariado. É aqui que a dimensão política dos trabalhadores se precariza nas sociedades em que vigora o capitalismo dependente, tanto pelo que Fernandes (1975) salienta, isto é, por realizar-se através das formas de dominação externa para ocorrer, quanto pelo que Hinke-lammentert (1976) denomina formas políticas, econômicas e sociais de exploração.

O capitalismo dependente imprime uma realidade instigante na sociedade angolana, pelas determinações materiais contemporâneas que tornaram e tornam o país numa periferia política, econômica e sociocultural concebida, projetada, construída e controlada pelos centros capitalistas, como se tal periferia tivesse o mesmo destino, imagem e semelhança daqueles. Todavia subjaz entre as economias capitalistas periféricas e centrais, uma relação de dominação e subordinação (Meszáros, 2002).

A emancipação política é objeto de debate desde a modernidade, uma das manifestações do antropocentrismo que põe fim a sociedade feudal – aquela regida pelo teocen-

trismo e que justificava as relações escravistas – dando à luz a sociedade capitalista. É aqui que graças à revolução burguesa, fundamentalmente francesa, a liberdade é pela primeira vez defendida como um valor universal, sem deixar de vista seu fundamento que é o trabalho livre (Monteiro, 2020).

Ao se explicar as múltiplas determinações que perfazem as particularidades da formação social capitalista em Angola, deve-se ter em conta o fato de que o país é sempre expressão da singularidade (o conjunto de complexos que fazem a formação social pré-capitalista) e cuja articulação com a universalização do sistema capitalista vai estabelecendo a crise das estruturas socioeconômicas pré-capitalistas. “Emprega-se a expressão *formação econômico-social* (ou simplesmente, formação social) para designar a estrutura econômico-social específica de uma sociedade determinada, em que um modo de produção dominante pode coexistir com formas precedentes (Netto; Braz, 2006, p. 62-63 — grifos dos autores).

Com isto, pretende-se colocar saliência na afirmação de modos pré-capitalistas, aqueles muito relacionados com modos de produção tribais, que hoje, ainda que sejam diferentes do sistema capitalista, de qualquer modo servem para a dinâmica do metabolismo socioeconômico vigente (Meszáros, 2002). Ao falarmos do modo de produção tribal, só nos referimos a ele pela existência da propriedade comunal diferente da propriedade privada que é a base do capitalismo. Na verdade, em África, “a sociedade de tipo comunitário, a terra e os meios de produção pertenciam à comunidade. Era a época da propriedade pública. O trabalho era não apenas uma necessidade, mas também um hábito (Nkrumah, 2018, p.27).”

O colonialismo aboliu a propriedade comunal em proveito da propriedade privada. O “sistema de governo indireto” fez dos chefes nativos instrumentos e, muitas vezes, agentes do poder colonial. Mas como se dá a emergência ou a instalação da formação capitalista de um modo geral em África?

Para Nkrumah (2018, p.28-29), a alienação da terra e dos seus recursos naturais fez surgir dois setores econômicos – o africano e o europeu - sendo o primeiro submetido à exploração do segundo. Assim “a agricultura de subsistência desapareceu pouco a pouco e os africanos viram-se obrigados a oferecer seus serviços aos colonialistas, que capitalizaram os proveitos que daí retiraram. Foi nestas condições que surgiu a luta de classes, que era também uma luta de raças”.

Segundo Hinkelammert (1976, p. 19), a transformação das antigas colônias em periferia impossibilitou e/ou restringiu a industrialização capitalista e comprometeu as perspectivas futuras dos países dominados, como fica evidente após a libertação dos países colonizados, que se transformaram em economias subdesenvolvidas. “O comboio da industrialização capitalista deixou-os para trás, e não puderam apanhar outro. E assim surgiu a deformação dos projetos capitalistas de industrialização e desenvolvimento.”

O início das expressões da emancipação política da classe trabalhadora em Angola está situado no âmbito das lutas de classe. Segundo Monteiro (2016, p.93), a implantação e a aceleração do trabalho assalariado, na década de 1960 e no início da década de 1970, pela industrialização da produção e criação de vias de escoamento dos produtos, impulsionaram a taxa de crescimento da economia. Esse processo “para o capitalista colonial vai significar crescimento econômico e para o angolano autóctone significou intensificação da exploração do trabalho pelo assalariamento com consequências negativas para ele.

Nesses termos, a emancipação política da classe trabalhadora será fundamentalmente permeada pelos complexos ontológicos e sócio-históricos que nos permitem perceber a questão social como uma categoria relativa à lei geral da acumulação capitalista. Uma das destacadas pesquisas salienta três as dimensões fundamentais da questão social: “1) sua base material, que está na Lei Geral da Acumulação Capitalista; 2) seu aspecto político, que é a reação da classe trabalhadora à sua condição de existência e de trabalho; e 3) a intervenção do Estado sobre as expressões da questão social (Pimentel, 2007 *apud* Monteiro, 2020, p.225-226).

Nesse contexto, a burguesia vai usar o Estado capitalista português para enfrentar a classe trabalhadora mediante políticas sociais. E são essas políticas sociais que obrigam o Estado a institucionalizar o Serviço Social no país, exatamente em 1962 (Monteiro, 2016) com a participação da Igreja católica.

Sendo assim, a acumulação capitalista, os conflitos políticos e a intervenção do Estado serão as três dimensões que condicionaram a inserção do Serviço Social nas políticas sociais em Angola como uma das manifestações que marcam o princípio das contradições da emancipação política. Isto porque a realização dos direitos trabalhistas implica o aumento da produtividade no período colonial (na década de 1960 do século XX), na instalação do trabalho assalariado que deve obedecer à política ultramarina na qual aparecem programas sociais,

Trata-se de estabelecer, de um lado, mecanismos de aumento da produtividade rural, tais como duração da jornada de trabalho, habitação, alimentação, regime de férias, vestuários, assistência médica, ação social e previdência social. De outro lado, mecanismos de aumento da produtividade da “mão de obra especializada”, tais como definição de salários, qualificação ou formação profissional, previdência social e ação social no trabalho (Mendes, 1966 *apud* Monteiro, 2016).

Apesar da precariedade dos bens e serviços que o Estado estabelecia para a classe trabalhadora, há uma diferença abismal entre o período em que o trabalhador aparecia como escravo (antes dos anos 1960), numa fase em que já existia o capitalismo e, por isso, Monteiro (2020) toma como hipótese a expressão “capitalismo escravista”.

O auge da emancipação política da classe trabalhadora em Angola acontece em 1975, quando o país se torna politicamente independente, isto é, livre da colonização portuguesa. Cabe salientar que as influências do ideário socialista na Europa jogaram um papel importante neste processo de emancipação. Mas a independência, desde 1975 até a atualidade, não passa de mera formalidade, porque, trata-se de uma nação cujos destinos são sempre traçados pela comunidade internacional, pelas relações de dominação e exploração.

Atualmente, vigora o capitalismo dependente, uma assunção do governo de Angola pelo neoliberalismo que se instalou formalmente em 1992 por meio dos acordos realizados com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, impondo-se a democracia burguesa como forma de resolver os conflitos internos advindos do antigo projeto societário equivocadamente socialista (Feijó, 2017). Sua abolição marcou a oficialização da precarização da emancipação política dos trabalhadores, pela natureza dependente do capitalismo que a nação tomou.

Gramsci e o intelectual orgânico: o Serviço Social entre luta de classes na periferia capitalista angolana

A história da luta de classes na periferia capitalista angolana implica situar movimentos de barbárie assim como de resistência que ocorrem desde a instalação do trabalho assalariado até a atualidade. Nesse marco, o Serviço Social imprime a sua existência como expressão da sociedade capitalista, atuando através das políticas sociais, que exigem um posicionamento dos profissionais como intelectuais orgânicos, considerando a base teórica que Gramsci fundamentou, ainda que este pensador não seja notoriamente conhecido nesta geografia.

O foco aqui é o de analisar o posicionamento do Serviço Social nas variadas expressões da luta de classes, considerando sempre que, “(...) se a sociedade atual não pode ser percebida de modo algum na sua totalidade a partir de uma situação de classe determinada, [...] então essa classe só poderá desempenhar um papel subordinado e nunca poderá intervir na marcha da história como fator de conservação ou de progresso (Lukács, 2003, p. 144).

Tal como Marx e tantos de seus seguidores, trazer Gramsci é imprescindível para pensar-se – pelo menos pensar – o posicionamento dos assistentes sociais entre classes antagônicas em Angola, pois Gramsci justifica-se por si mesmo. “Não se trata de um intelectual de gabinete ou de um observador da história, mas de um fundador, militante e dirigente do PCI, conseqüente, até o cárcere e a morte, em seu compromisso com os trabalhadores (Palma, 1993, p. 22).

Na sua trajetória intelectual, Gramsci dedica tempo necessário para desvendar a categoria “intelectual orgânico”, que nos faz perceber melhor o posicionamento ideológico, ético-político dos assistentes sociais em Angola, na medida em que tal posicionamento dá uma direção ao trabalho socioeducativo destes profissionais. “A organicidade dos intelectuais define-se pela consciência e pela prática com uma determinada classe, define-se a partir da função e do vínculo que os mesmos mantêm com a classe que representam” (Jacinto, 2016, p.87).

O processo de colonização (um colonialismo atrelado ao modo de produção capitalista europeu) em África, não só reproduziu a barbárie, como também produziu trabalhadores revoltados. Uma parte de trabalhadores-intelectuais, pelas possibilidades de contato com o movimento socialista europeu, mobilizou processos não só de reivindicar direitos que visavam fazer a manutenção da colonização, mas sobretudo reivindicar emancipação expressa em independência política de cada país.

Os trabalhadores angolanos eram fundamentalmente dinamizados por intelectuais (trabalhadores) que fundaram partidos como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), todos constituídos para enfrentar os colonizadores portugueses para alcançar a independência nacional. Com o alcance da independência nacional em 1975, o MPLA se tornou governo, cuja ideologia era a de implementar o socialismo para eliminar o capitalismo presente com o colonialismo português. Os dirigentes do MPLA moviam-se pela ideologia marxista-leninista com objetivo de “acabar com a exploração do homem pelo homem e construir uma sociedade diferente daquela que existira na época colonial, em que muitos angolanos tinham sido vítimas da exploração e discriminação” (Vieira, 2007, p. 96).

O contexto dos anos 1960 limitou os intelectuais trabalhadores angolanos que, fazendo recurso à categoria revolução, acreditaram que conduziriam a sociedade angolana negando definitivamente o capitalismo. É exatamente aqui que entra em cena os paradoxos do Serviço Social. Os trabalhadores que outrora experimentaram o trabalho escravo e o trabalho assalariado nos anos 1960, ao se tornarem dirigentes do país, em 1975 entenderam pôr fim ao capitalismo com todas as suas expressões. E o Serviço Social, visto como profissão a serviço do capitalismo colonial, foi abolido em 1977 (Monteiro, 2016). Esta profissão só ressurgiu em 2005, depois de passados 27 anos de abolição. Essa abolição do Serviço Social gerou implicações na formação e prática profissional, bem como na dimensão política, precarizando todas as formas de resistência da profissão inserida na divisão social do trabalho.

A decadência ideológica indicada por Monteiro (2020) se refere a trajetória dos processos emancipatórios dos trabalhadores que conquistaram a independência nacional e nos faz perceber que causou implicações fortes na história do Serviço Social. Isto porque

o assistente social como intelectual orgânico, possui uma fundamentação teórica predominantemente positivista/funcionalista no exercício profissional e, consciente ou inconscientemente, reproduz as expressões da ordem vigente, que tornam os cidadãos-usuários/as alienados/as pelos bens e serviços que o Estado providencia.

Essa decadência é marcada pelo fato de que os intelectuais da classe trabalhadora que formaram o partido (MPLA), que assumiam a filosofia e ideologia contrária a dominação burguesa-colonial, hoje se transformaram em burgueses e repetem as opressões ocorridas no contexto do trabalho assalariado dos anos 1960 (Monteiro, 2020, p. 292).

Nessa trama de reprodução da barbárie, os intelectuais do Serviço Social, cuja profissão nem tem ainda um projeto político, produzem e reproduzem profissionais que, por um lado, não consideram o serviço social como trabalho e, por outro, apropriam-se das formas de pensar e agir que reflete os valores da burguesia, tais como: predominância da perspectiva endogenista da profissão, ou seja, considera-se a profissão como uma forma evoluída de ajuda (e não trabalho) (Monteiro, 2016; 2020); neutralidade científica que vai desembocar nas práticas de intervenção supostamente “neutras” na relação entre o usuário e o profissional; individualização da questão social ou psicologização dos problemas sociais (Netto, 1996); defesa dos valores da instituição em detrimento dos direitos dos usuários; isenção nos sindicatos, considerando-se que o assistente social é mero mediador e não trabalhador inserido na divisão social do trabalho e que devia defender os direitos trabalhistas.

Isso também é expressão de uma classe trabalhadora politicamente fragilizada, sendo que: 1) o processo de tráfico de escravos e de colonização não só retardou a maturidade do trabalhador moderno angolano, como também interrompeu a sociabilidade construída por trabalhadores associados ao modo de produção tribal; 2) o trabalho assalariado só se instalou nos anos 1960 do século XX; 3) ainda existem resquícios de trabalho escravo, o que leva Monteiro (2020) a ter a hipótese de que o capitalismo em Angola é escravista, porque os direitos mínimos trabalhistas não estão sendo realizados; 4) a independência do país só foi alcançada em 1975; 5) depois da independência, houve uma Guerra civil interna que durou mais de duas décadas; 6) a estrutura econômica tornou o país subdesenvolvido; 7) o governo do país está há mais de 45 anos no poder, demonstrando o sistema ditatorial que põe em cheque a farsa democrática.

A consciência crítica de que Gramsci se refere em relação à figura do “intelectual orgânico” em Angola fracassou pela decadência ideológica. Os assistentes sociais se situam nas expressões dessa decadência, na medida em que não estão ainda formadas as condições objetivas e subjetivas suficientes para ampliar a emancipação política da profissão. Não é por acaso, que a Associação dos Assistentes Sociais de Angola só surge na segunda década do século XXI num contexto em que não estão preparadas as condições na totalidade da classe trabalhadora para enfrentar a burguesia local (Monteiro, 2016).

Desafios do trabalho socioeducativo no Serviço Social: entre hegemonia e contra-hegemonia

Angola, enquanto espaço material de um capitalismo dependente, produz relações sociais de dominação burguesa, expressão da burguesia internacional e toda forma de ideologia a ela subserviente para a reprodução da ordem vigente, como no caso da educação. A educação, hoje no seu sistema formal universalizado, serve “ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes (Meszáros, 2008, p. 35)”.

Este momento da história da classe trabalhadora, apesar dos limites, marca a construção da resistência contra-hegemônica nas mais variadas formas da prática revolucionária, conforme Gramsci teorizou e experimentou. Para Gramsci, as relações pedagógicas não se reduzem às relações escolares, pois “cada relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (Gramsci, 1978a, p.46), estando essas relações inscritas na luta de classes pela hegemonia na sociedade (Iamamoto, 2015, p. 317). Com base no pensamento Marxista, “Gramsci tem especial preocupação com a educação e formação das massas, ou seja, a preparação dos trabalhadores para uma verdadeira práxis revolucionária” (souz; hespanhol; pimentel, 2020, p. 155).

Considerando que a construção da resistência passa por um conjunto de mediações teóricas que visam questionar a ordem vigente, concorda-se com Tonet (2016) quando salienta a necessidade da “educação contra o capital”, já que é necessário interpretar este mundo aliando-se ao projeto de transformação revolucionária.

O Serviço Social com todas as suas práticas que constituem o trabalho socioeducativo, é permeado pela forma e conteúdo da educação que visa disseminar os valores da sociabilidade capitalista, numa periferia cujas relações de produção visam superexplorar e apropriar as dimensões objetiva e subjetiva da classe trabalhadora angolana.

A lutas de classes que se desenvolvem, sempre carregam consigo a construção e formas de conservação da hegemonia pela classe dominante. O trabalho socioeducativo no Serviço Social é fundamentalmente marcado por processos pedagógicos que não necessariamente tenham de ser escolásticos, mas que podem condensar tensões hegemônicas e contra-hegemônicas.

Nesse sentido, é necessário relacionar ou considerar o Serviço Social como profissão que se movimenta no mercado de trabalho e cuja necessidade é a de questionar a ideologia educacional que sustenta a ordem social vigente, para desenvolver uma práxis profissional voltada aos grupos subalternizados, estimulando neles a construção de resistência no cotidiano. Isso vai requerer do profissional, um distanciamento das expressões ideológicas das elites que perfazem a sua hegemonia. Sendo assim, é necessário “que o trabalhador elabore

meios educacionais específicos, para construir e reproduzir uma concepção de mundo independente, capaz de responder à sua visão de democracia da maioria, libertária, igualitária, e a seus anseios de revolução” (Fernandes *apud* Oliveira, 2010, p. 98).

A partir do pensamento gramsciano compreende-se que o trabalho socioeducativo do assistente social deve estar repleto de elaborações de meios educacionais específicos para construir e reproduzir uma concepção de mundo independente da ordem vigente. Tal concepção deve ser capaz de fazer com que os grupos subalternizados (os usuários dos serviços prestados pelos profissionais) consigam pré-visualizar ou perspectivar uma transformação social revolucionária, aprendendo a questionar criticamente a ordem social construída pela hegemonia burguesa.

Na condição de intelectual que defendeu sempre o operariado, Marx (Palma, 1993, p. 89), na Primeira Internacional, definia assim o sentido que atribuía a esta associação: “a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios operários.” Trata-se aqui de uma expressão de educação popular que Gramsci depois vai retomar para organizar politicamente a classe trabalhadora no sentido de estimular a consciência de emancipação política (Gramsci, 2000) que deve depois configurar-se em emancipação social. Ainda que não sejam a mesma coisa, uma é expressão da outra (na relação entre educação e pedagogia).

[...] a função pedagógica do assistente social se desenvolve no marco das práticas educativas formadoras da cultura, que na perspectiva Gramsciana representa a relação entre a racionalização da produção e do trabalho, e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe, consubstanciando o princípio educativo, reelaborado por Gramsci na direção da constituição de um amplo processo de superação da racionalidade capitalista (Abreu, 2009, *apud* Souza; Hespanhol; Pimentel, 2020, p. 160).

Deste modo, o Serviço Social que se posiciona em defesa dos setores subordinados deve estar pautado: “a) numa tarefa que se arrogam os assistentes sociais que querem desenvolver o seu exercício profissional com potencialidade política: a necessidade de desbloquear, a partir do cotidiano, a classe trabalhadora, para que ela avance no processo de se constituir em sujeito, e b) numa constatação geral de método: a força da prática (da decisão responsável) neste processo de construção da classe” (Palma, 1993, p. 130).

Ao analisar a prática pedagógica do assistente social, em sua trajetória histórica de profissionalização, Abreu (2002) reconstrói três formas de inserção e ação profissional “em processos de organização da cultura”, quais sejam: “o Serviço Social atuando sob a ‘Pedagogia da Ajuda’, ‘Pedagogia da Participação’ e ‘Pedagogia da Emancipação’. Ao assumir a função pedagógica da ajuda, o Assistente Social atua tendo um olhar individualista diante dos fenômenos sociais” (Souza; Hespanhol; Pimentel, 2020, p. 161).

A realidade trágica dos assistentes sociais angolanos, é que “em Angola, [...] não se estuda o Serviço Social na história, mas se procura fazer a história da profissão, tratando-a ainda como a história da ‘ajuda’” (Monteiro, 2020, p. 89). Quer dizer que, conforme as/os autoras/res acima explicitam, a pedagogia da ajuda é predominante no trabalho socioeducativo dos assistentes sociais em Angola, o que favorece a reprodução da ideologia vigente pela forma e conteúdo da educação subserviente a hegemonia local e universal.

Por influência também da igreja católica (do Humanismo Cristão Abstrato) a consciência de classe, os direitos trabalhistas, bem como a categoria revolução, são desconhecidas neste contexto. Isidro (2019) realizou uma pesquisa sobre que valores os assistentes sociais defendem em Angola e afirma que,

os participantes dizem que o ‘outro é minha responsabilidade’, devendo dar-lhe possibilidade de mudança. Descrevem que os usuários têm vários hábitos, desde o álcool e outras drogas à prostituição etc. No entanto, a persuasão, a empatia, a mediação, a conversação face a face, para além de justificar os valores orientadores do trabalho profissional, devem ser aplicados. A igualdade no tratamento das pessoas, a aceitação da singularidade, o pedido de consentimento antes das intervenções, o respeito pela sua autonomia, o envolvimento dos usuários nos trabalhos, a prática da neutralidade, principalmente nos momentos de campanhas eleitorais, o encaminhamento dos usuários para acesso aos bens e serviços, a valorização dos hábitos, costumes e cultura locais constam das evidências dos valores defendidos por esses profissionais (Isidro, 2019, p. 70).

Quando um profissional do Serviço Social salienta que “o outro é a minha responsabilidade”, ele estará assumindo a pedagogia da ajuda, ainda em voga, que expressa na proliferação tradicional do messianismo que Yamamoto (2004) já criticou há décadas no Brasil, e Monteiro (2016) em Angola vai criticar.

Um capitalismo dependente como o de Angola, onde as relações sociais de produção são extremamente aviltantes, explica a precariedade da emancipação política da classe trabalhadora, numa visão de totalidade. E só se pode compreender a singularidade da dimensão subjetiva dos assistentes sociais em Angola, percebendo aquelas categorias que exprimem a produção social de existência vigente, pois o “ modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (Marx, 2016, p. 5)”.

Uma das manifestações da hegemonia burguesa realiza-se no processo formativo profissional – aquela que se prolifera e se legitima pela ciência moderna universalizada – pelas mediações teórico-metodológicas subservientes ao capital da periferia. Segundo Monteiro (2020, p. 305) “[...] a profissão em Angola tem hegemonicamente ‘orientação

positivista, de cariz funcionalista com forte pendor doutrinal católico’, desde a origem até os nossos dias, embora se possa verificar a coexistência de outras tendências.

Com esta tendência de reprodução dos valores da sociabilidade burguesa, as possibilidades de se incorporar conteúdos críticos no trabalho socioeducativo do assistente social à luz de Gramsci tornam-se irreais. Os profissionais ao recorrerem em mediações teóricas que a própria burguesia produz como força produtiva de relações sociais para reproduzir o capital, só podem manter uma relação alienada e alienante com os seus usuários que são trabalhadores projetados para o processo de alienação na periferia.

Na mesma pesquisa já mencionada de Isidro (2019) há pistas sobre a referência ou não à Gramsci na produção de conhecimento no período entre 2010 e 2017. Os resultados demonstram que o grande pensador marxista não faz parte das referências ou conjunto de autores aos quais os estudantes de Serviço Social recorrem para produzir conhecimento.

Quanto às referências bibliográficas usadas na produção dos TCC’s analisados, 23,5% são obras do Serviço Social ou produzidas por profissionais da área. Quanto à metodologia, 13,6% reportam-se aos manuais de metodologia geral e os demais, 62,8%, baseiam-se nas correntes filosóficas de Emmanuel Kant, August Comte e na sociologia compreensiva de Max Weber e na antropologia social e cultural anglo-saxônica, Émile Durkheim, o sociólogo Talcott Parsons, as raízes antropológicas das obras de Bronislan, Malinwiski, além de John Dewey e Paulo Freire (Isidro, 2019, p.93).

No capitalismo dependente angolano, a superexploração da dimensão subjetiva da classe trabalhadora é tão inexorável que os/as assistentes sociais não se reconhecem como trabalhadores. Além disso, em qualquer manifestação sindical aqueles/as sentem-se estranhos, já que se consideram meros mediadores – aqueles que supostamente nem estão a favor da burguesia e nem a favor da causa histórica proletária – que ingenuamente canalizam também a superexploração da dimensão subjetiva dos grupos subalternizados.

Diante disto, é imprescindível considerar que o ser social que pretende emancipar-se humanamente das atuais condições de existência, não tem outro caminho para começar a trilhar a não ser pela crítica, pela teoria social crítica (Mateus; Monteiro, 2021, p. 77).

Frente ao exposto, a emancipação política tanto dos assistentes sociais como dos usuários implicados no trabalho socioeducativo destes profissionais, está atravessada por uma elevadíssima barbárie social, já que todo o conteúdo do trabalho socioeducativo desenvolvido não é emancipatório. No contexto da barbárie decorrente do capitalismo dependente, os profissionais não reconhecem a profissão como trabalho e, conseqüentemente, excluem-se das lutas e reivindicações por direitos trabalhistas e sociais, contribuindo desta forma para a legitimação da hegemonia burguesa.

Considerações finais

Prefere-se tornar provisórias as considerações que seriam finais, quando a realidade angolana é um complexo de contradições que carecem de mais apreensões pelo método em Marx. No entanto, tal caminho é muito novo para os angolanos, e muitas formulações de objeto de debate neste espaço merecem maior aprofundamento, considerando-se as dimensões temporais da história em Angola. Esta história real está determinada pelo desenvolvimento de um capitalismo dependente com todas as suas expressões, que vão repercutir sobre as possibilidades de emancipação política e sobre o Serviço Social.

A formação social capitalista em Angola impõe um modo peculiar de sociabilidade pela dinâmica de dependência das forças produtivas locais aos centros capitalistas, cujas relações se realizam pela dominação e exploração econômica, política e social. Desta forma, a emancipação política da classe trabalhadora é condicionada por esta realidade e o Serviço Social ganha sua concretude na mesma. Trata-se de uma realidade nacional, na qual o trabalho assalariado só se instalou entre as décadas de 1960-1970 no contexto ainda colonial, e cuja independência política do país só foi alcançada em 1975, e numa conjuntura onde reverberam as consequências de uma Guerra civil que durou mais de 20 anos.

A emancipação política da qual o Serviço Social é constitutivo, é em sua ontologia um processo contraditório na medida em que o fato de se ampliar os direitos trabalhistas e sociais, implica em novas formas de se intensificar os mecanismos de extração da mais-valia, pela maximização da produtividade, porque a lógica do sistema capitalista caminha fundamentalmente nesta direção.

O Serviço Social em Angola pela sua dimensão socioeducativa não apresenta um diálogo direto com o pensamento de Gramsci, ao contrário, baseia-se da visão da profissão como “ajuda” e, portanto, na “Pedagogia da Ajuda” calcada no humanismo cristão abstrato, que dialoga com a teoria social positivista de matriz funcionalista.

Algumas atividades socioeducativas isoladas podem ser consideradas expressões embrionárias do pensamento de Gramsci, mas sem uma interlocução direta dos profissionais com sua obra, mas intermediada por outros pensadoras(es) como Paulo Freire que é um autor brasileiro muito conhecido na área da educação.

Isto é também expressão da precária consciência de classe na totalidade dos trabalhadores angolanos, o que de certa forma torna também precariza a emancipação dos assistentes sociais como educadores e de outros trabalhadores que são usuários das políticas sociais. Por fim considera-se que, o fato de se ter inaugurado, a partir de 2016, no Serviço Social, o pensamento crítico que se baseia no método em Marx, abre possibilidades de os profissionais construírem uma interlocução com a obra de Gramsci através da absorção gradativa de suas ideias e concepções, assumindo, então, o papel de intelectuais orgânicas da classe trabalhadora.

Contribuições dos/as autores/as: Os autores participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

FEIJÓ, C. *A autonomia das autarquias locais e a tutela do Estado em Angola: da autonomia perdida nos períodos colonial e revolucionário (1482-1992) à autonomia frustrada no período democrático actual*. Luanda: Mayamba, 2017.

FERNANDES, F. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, 2ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia*. A filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 1.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no serviço social*, 7ªed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2015.

HINKELAMMERT, F. *et al. Formas políticas, económicas e sociais de exploração*, edições RÉ S limitada, Porto, 1976.

ISIDRO, E. C., *Serviço social: cotidiano e produção de conhecimento em Angola*. São Paulo: PUC-SP, 2019.

JACINTO, A. G., Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. *R. Katálysis*, Florianópolis, v.20, n 1, p. 84-92, 2017.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista*. (R. Nascimento, Trad.) São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Era. 1973.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política* (5ª ed.). (M. H. Alves, Trad.) São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MATEUS, J. D. Periphery of education and the sociometabolism of capital in Angola: The failure of the political emancipation of the working class from 1975 to the present. In *Seven Publicações académicas*, Pathways to Knowledge: Exploring the Horizons of Education, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/ptoketheeducati-035>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MATEUS, J. D.; MONTEIRO, A. A., Serviço Social e Formação Profissional em Angola: crítica à ideologia dominante. In E. J. (org), *Serviço Social nos países de língua portuguesa: interculturalidade e desafios*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, p. 53-81.

MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, 2011. Boitempo.

MONTEIRO, A. A., *Natureza do Serviço Social em Angola*. São Paulo: Cortez, 2016.

MONTEIRO, A. A. *Serviço social, Estado e Políticas sociais em Angola: Mediações teórico-metodológicas*. Manaus: Alexa Cultura, 2020.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

NKRUMAH, K. *Luta de Classes em África*. 2ª Edição. 2018.

OLIVEIRA, M. M. de. *Florestan Fernandes*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massanga, 2010.

PALMA, D. *A prática política dos profissionais: o caso do serviço social*, Tradução de José Paulo Netto, 2ª ed.- São Paulo: Cortez, 1993.

SOUZ, E. B. P.; HESPANHOL, L. C. O.; PIMENTEL, R. C. Gramsci e a dimensão educativa no serviço social. In JACINTO, A. G.; LIMA, M. J. O. *Trabalho em Serviço social: a dimensão educativa, da execução à gestão nas políticas públicas*, 1ª Ed., Bauru: Canal 6, 2020. p.155-166.

TONET, I. *Educação contra o capital*, 3ª ed. Ampliada. São Paulo: Instituto Lukács Editora, 2016.

VIEIRA, L. *Angola: a dimensão ideológica da Educação*. Luanda: Editorial Nzila, 2007.